

Social Watch: Promovendo a responsabilidade

O Social Watch, rede que hoje conta com membros em mais de 70 países em todo o mundo, foi criado em 1995 como um “ponto de encontro para organizações não-governamentais preocupadas com o desenvolvimento social e a discriminação de gênero.” Essa rede foi criada em resposta à necessidade de promover a vontade política para tornar as promessas das Nações Unidas realidade. O Social Watch, que cresce continuamente tanto em qualidade como em quantidade, publicou 16 relatórios anuais sobre o progresso e os retrocessos na luta contra a pobreza e para a igualdade de gênero. Esses relatórios têm sido usados como ferramentas de articulação local, regional e internacionalmente.

Desde o número 0, publicado em 1996, até a presente edição, a 16ª, o Relatório do Social Watch prestigiou mais de 670 relatórios nacionais de organizações da sociedade civil, todos com o objetivo comum de lembrar os governos de seus compromissos e de rastrear a implementação desses compromissos, tanto país a país como no nível internacional.

A presente edição, com contribuições de mais de 65 alianças nacionais do Social Watch, leva adiante a ideia que deu vida à rede em 1995: a necessidade de criar ferramentas e estratégias que retificassem a falta de mecanismos de prestação de contas e assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais relacionados às políticas sociais e metas de desenvolvimento.

Na década em que foi criado o Social Watch, uma série de conferências de alto nível da ONU, começando pela “Cúpula das Crianças” em 1990 e terminando com a “Cúpula do Milênio” em 2000, redefiniu a agenda social global. Em 1995, a Cúpula Social (Copenhague) e a Conferência das Mulheres (Pequim) definiram, pela primeira vez, a igualdade de gênero e a erradicação da pobreza como objetivos universais comuns, estabelecendo metas e cronogramas concretos para alcançar a meta vagamente formulada em 1946 pelo Capítulo do ONU como “dignidade para todos”. Para promover a vontade política necessária para que aquelas promessas se tornassem realidade, a rede do Social Watch foi criada por um grupo de organizações da sociedade civil como um “ponto de encontro para organizações não-governamentais preocupadas com o desenvolvimento social e a discriminação de gênero.” (*Social Watch No. 0*, 1996).

Assim, o *Relatório do Social Watch* foi formulado como uma ferramenta poderosa para a apresentação da informação estatística disponível internacionalmente e para informar aspectos qualitativos dos temas abordados através da análise do trabalho das organizações sociais no âmbito nacional. O Relatório, publicação anual, é dedicado ao progresso e ao retrocesso na luta contra a pobreza e pela igualdade de gênero, dois objetivos com grande sobreposição, já que a grande maioria das pessoas vivendo na pobreza são mulheres.

Os relatórios anuais do Social Watch, além de agregar uma dimensão internacional aos esforços e campanhas locais, tornaram-se a primeira iniciativa sustentada de monitoramento do desenvolvimento

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (MOU) ENTRE OS GRUPOS NACIONAIS E A REDE DO SOCIAL WATCH

1. As alianças devem ter sede no país e serem ativas em questões de desenvolvimento social nesse mesmo país (não exclusivamente como acadêmicos ou consultores).
2. Seu compromisso básico com a rede internacional é fornecer um relatório internacional, com suas próprias conclusões e determinação de prioridades, para serem incluídas na publicação anual.
3. Espera-se que as alianças usem seu relatório nacional e o relatório mundial em atividades de articulação (“lobby”) em nível nacional.
4. Elas devem estar abertas a incorporação de outras organizações, trabalhar ativamente para a divulgação do Social Watch e encorajar a participação de outras organizações.
5. Elas são responsáveis por levantar fundos para suas atividades. As alianças nacionais não dependem financeiramente do Secretariado ou qualquer outra entidade internacional do Social Watch e não têm a obrigação de prestar contas aos mesmos.
6. Cada aliança determina o seu próprio organograma.
7. A afiliação ao Social Watch e o exercício de funções governamentais são totalmente incompatíveis.
8. A cooperação com outras plataformas nacionais deve ser encorajada nos níveis sub-regional, regional e global.
9. Em caso de conflito entre organizações membro/participantes de uma aliança em questões relacionadas ao Social Watch (e.g. nomeação de um ponto focal, contribuição para o Relatório do Social Watch, nomeação de delegados para a Assembleia do Social Watch) todas as partes envolvidas têm que demonstrar boa vontade para resolver os problemas em nível nacional. Se, em casos excepcionais, não se alcançar um acordo, o Comitê Coordenador pode tomar as decisões necessárias.
10. Para demonstrar sua afiliação à rede, encorajam-se todas as alianças a usarem o logo do Social Watch para atividades nacionais diretamente relacionadas às metas e objetivos do Social Watch. Solicita-se que informem o Secretariado Internacional sobre essas atividades. Em outros casos, devem pedir permissão com antecedência do Secretariado Internacional ou do Comitê Coordenador para outros usos do nome e do logo do Social Watch.

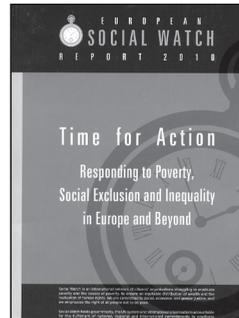
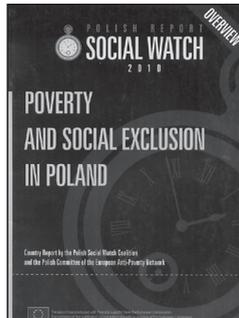
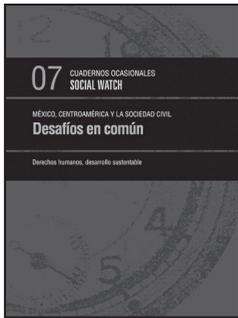
NOTA: O Memorando de Entendimento (MoU) foi adotado durante a primeira Assembleia Geral em Roma em 2000 e sua atualização mais recente é de outubro de 2009.

social e igualdade de gênero no nível nacional, e a primeira a combinar ambas a partir da perspectiva internacional.

O relatório Nº0, publicado em 1996, apresentava contribuições de 13 organizações; e desde então a rede teve um crescimento constante. Atualmente, o Social Watch possui membros (“watchers”) em mais de 70 países em todo o mundo e a afiliação cresce a cada ano.

O local, o global e o Relatório

Todos os anos o Social Watch escolhe um tópico diferente para analisar profundamente através de seu Relatório, que normalmente se concentra em temas em discussão na pauta internacional que possam ser abordados a partir de uma perspectiva local. Excertos de diferentes origens e disciplinas fornecem visões alternativas sobre essas questões através de artigos temáticos. Essa perspectiva internacional é



complementada por relatórios nacionais e regionais através da contribuição das organizações afiliadas com uma perspectiva local, relatando o estado das coisas em seus países em relação ao tema específico de cada ano.

Além disso, o Social Watch produz índices e tabelas com informação internacional comparável, apresentando uma macro-perspectiva da situação relacionada a certas dimensões de desenvolvimento ao mesmo tempo em que fornece leituras no nível nacional. O Social Watch desenvolveu indicadores alternativos para medir o progresso ou o retrocesso na igualdade de gênero e nas capacidades humanas básicas, que agora são usados como pontos de referência para a sociedade civil e para instituições internacionais. São eles: o Índice de Igualdade de Gênero (IIG) e o Índice de Capacidades Básicas (ICB).

Embora os membros usem os documentos em seu trabalho de articulação em diversas situações, o lançamento dos relatórios, assim como o dos índices, são oportunidades únicas para a divulgação de seu conteúdo, acontecendo em locais relevantes para o debate nacional e internacional e para a tomada de decisões. O relatório é publicado pelo Secretariado em diversas línguas: espanhol, inglês, francês, árabe e russo. Alguns aliados nacionais também publicam suas próprias versões do relatório: Espanha, Itália, República Tcheca, Alemanha, Polônia, Europa, Índia e Brasil. Outras alianças publicam um conjunto de materiais. A aliança do Social Watch tcheca e italiana, por exemplo, publicam o Índice de Igualdade de Gênero, enquanto o Social Watch de Gana publicou uma compilação de relatórios nacionais e a aliança do Social Watch de Benim publica trimestralmente o *Social Watch Bénin*. E em dezembro de 2010 o relatório europeu foi lançado: *Time for Action Responding to Poverty, Social Exclusion and Inequality in Europe and Beyond*.

Além disso, são publicados documentos ocasionais, principalmente para ajudar na capacitação de membros aliados, também são organizadas oficinas de treinamento regional e produzidos documentos de referência¹. Por exemplo, em 2011 o Social Watch publicou o Documento Ocasional 7 intitulado *“Centroamérica y la sociedad civil – Desafíos en común – Derechos humanos, desarrollo sustentable”*, que fornece relatórios temáticos sobre os problemas que a região está enfrentando e relatórios nacionais.

Através dos métodos de comunicação via website, e-newsletter e página do Facebook, o Social Watch utiliza novos métodos e ferramentas multimídia para disseminar informação sobre questões de gênero, desenvolvimento e direitos humanos, manter discussões entre integrantes de organizações da sociedade civil congêneres e propagar ideias para políticos e jornalistas. Estratégias de articulação, comunicação e campanha complementam-se uma à outra para alcançar os objetivos.

Frequentemente, os porta-vozes do Social Watch têm se dirigido a Assembleia Geral da ONU e

outros órgãos intergovernamentais em nome da rede ou de setores mais amplos da sociedade civil. A rede tem mantido as alianças nacionais informadas sobre os processo de tomada de decisão global e permitido que os membros participem de seus desdobramentos.

Uma rede flexível

Com o crescimento desse “ponto de encontro” vários de seus aspectos evoluíram, mas as ideias e objetivos que deram origem a ele permanecem. Na preparação para sua participação na Cúpula Social de Copenhagen, as organizações da sociedade civil adotaram formas flexíveis e *ad hoc* de organizarem a rede. Nenhuma estrutura forma de governo ou conselho diretor foi criado e nenhum grupo coordenador estável estabelecido. As organizações não-governamentais (ONGs) preferiram informar uma à outra e coordenar atividades em espaços horizontais abertos, uma abordagem que alguns analistas viam como um precedente do formato organizacional que mais tarde seria adotado pelo Fórum Social Mundial. Muitas das ONGs que mais tarde viriam a formar a espinha dorsal do Social Watch estavam na Cúpula Social, fazendo com que a estrutura e o funcionamento da rede mantenha muito de sua flexibilidade e abertura original.

Além das alianças nacionais, a rede está estruturada em torno de três órgãos centrais: a Assembleia Geral, o Comitê Coordenador e o Secretariado Internacional. Recentemente, algumas estruturas de coordenação regional e sub-regional foram estabelecidas como um espaço de discussão – não necessariamente um intermediário para fazer a ligação entre nacional e global.

A rede do Social Watch não é uma pessoa jurídica e não teve seu início pela definição de seus estatutos. Ao invés disso, um curto Memorando

1 O primeiro artigo ocasional de Mirjam Van Reisen, *The Lion's Teeth*, examina o contexto político no qual o Social Watch foi criado. O segundo, de Ana María Arteaga, *Control Ciudadano desde la base*, analisa a experiência de democratização dos instrumentos de direitos humanos no Chile em 1997. O terceiro, uma compilação de Patricia Garcé e Roberto Bissio, apresenta a experiência de monitoramento das metas de Copenhagen através do exemplo concreto do Social Watch. Os artigos 4 e 5, coordenados pela Equipe de Ciências Sociais do Social Watch, aborda a pobreza e desigualdade na América Latina e a ligação entre pobreza e direitos humanos. O artigo 6 *Beijing and Beyond – Putting Gender Economics at the Forefront* lançado durante a revisão do Comitê sobre o Status das Mulheres comemorando o 15º aniversário da adoção da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim. Os artigos ocasionais estão disponíveis no endereço: <www.socialwatch.org/taxonomy/term/459>.



de Entendimento (MoU) entre os grupos nacionais e a rede (ver quadro) tornou-se o marco fundamental que estabelece as expectativas mútuas, respeitando a autonomia das alianças nacionais e a tomada de decisão democrática e transversal. Um princípio central que distingue o Social Watch de outras redes da sociedade civil internacional é que nenhuma organização central envia fundos para seus membros. Esse princípio operacional ajuda a evitar as tensões associadas às relações doador/receptor dentro da rede - já que não existe nem um nem outro - e também evita a perda de energia que poderia resultar de longas discussões sobre verbas, orçamento e relatórios, assim como procedimentos, criando entre os membros uma forte sensação de pertença à rede.

As alianças nacionais organizam-se da forma que querem, ou podem, de acordo com as condições em cada país. Os membros do Social Watch são os mais variados, incluindo centros ou institutos de pesquisa, ONGs, organizações de base, sindicatos, grupos de mulheres, organizações rurais e outras.

Assembleia Global

A Assembleia Global é o órgão diretor mais alto da rede. É nesse domínio que acontecem as discussões de políticas e planejamento estratégico de médio a longo prazo, servindo como um foro de tomada de decisões. Mas, serve também como espaço para reforçar o sentido de pertença e fortalecer a identidade e unidade da rede. Além de estabelecer as prioridades de médio e longo prazo e identificar potenciais alianças na estratégia de articulação, a Assembleia elege os membros do Comitê Coordenador a quem são delegados a coordenação e liderança política entre assembleias. Ela é realizada a cada três anos e já aconteceu cinco vezes: em Roma 2000, Beirute 2003, Sófia 2006, Accra 2009, e mais recentemente, em 2011², em Manila. A Assembleia de Manila concluiu que o atual modelo econômico orientado para o crescimento é economicamente ineficiente, socialmente injusto, ambientalmente maléfico e politicamente insustentável e se propôs questionar o paradigma econômico vigente baseado no crescimento do PIB mundial. O Social Watch também contribuirá para as atuais negociações climáticas e advoga a causa de fontes de financiamento para a erradicação da pobreza e igualdade de gênero.

Comitê Coordenador

O Comitê Coordenador (CC) é o órgão político central para o trabalho diário da rede, com uma estrutura organizacional que requer fluidez na comunicação, facilitada principalmente através da lista de emails, e além das reuniões presenciais bianuais e conferências telefônicas regulares para discutir questões específicas.



Vice-Presidente das Filipinas, Jejomar Binay, com membros da rede do Social Watch na abertura da Assembleia Global do Social Watch, Manila, julho de 2011..

Como a tarefa do CC é “garantir visibilidade política e participação da rede nos espaços e processos relevantes”³ sua composição visa a representação geográfica e o equilíbrios entre gêneros, mas considera também a contribuição, em termos de experiência e capacidade, que os membros podem dar a toda a rede. Em geral, as decisões do CC são adotadas por consenso, e cada decisão (e discussão) em particular é comunicada aos watchers de forma oportuna. A participação constante de dois membros do Secretariado como membros ad hoc do CC assegura a coordenação entre os dois órgãos, sendo a função do Secretariado apoiar e implementar das decisões estratégicas tomadas nesse foro.

Secretariado Internacional

O Secretariado é o principal órgão executivo do Social Watch. A primeira avaliação externa da rede (1995-2000) apontou que, “dos vários papéis na rede do Social Watch, o do Secretariado é o que mais mudou” (Hessini e Nayar, 2000). Originalmente a função do Secretariado limitava-se a produção do Relatório, mas devido ao crescimento da rede foi incorporando novas funções, incluindo-se aqui pesquisa, capacitação, campanhas, promoção da rede e representação em foros internacionais.

Promovendo a responsabilidade

A Assembleia de Accra, realizada em outubro de 2009, defendeu o conceito de “prestação de contas mútua” entre seus membro e entre os diferentes órgãos da rede (Secretariado, CC, membros). O Social Watch acredita que a principal ação para alcançar a erradicação da pobreza, a igualdade de

gênero e a justiça social acontece primeiramente no nível local e nacional e, portanto, suas atividades e estruturas internacionais prestar contas para e estar a serviço dos membros nacionais e locais, e não o contrário.

O Social Watch alcançará seus objetivos através de uma estratégia abrangente de articulação, conscientização, monitoramento, desenvolvimento organizacional e trabalho em rede. O Social Watch promove o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. A Paz é uma pré-condição para a realização dos direitos humanos e a erradicação da pobreza. Mas também a pobreza e a falta de respeito aos direitos humanos são a razão e muitos conflitos armados. Portanto, o impacto devastador das situações de conflito e pós-conflito sobre as pessoas é a principal preocupação do Social Watch. ■

Referências

- Friedlander, E. and Adams, B., *Social Watch external evaluation 2001-2005*, (2006), <www.socialwatch.org/sites/default/files/SW_Evaluation_report.doc>.
- Hessini, L. and Nayar, A., *A Movement Toward Social Justice. An Evaluation Report*, Strategic Analysis for Gender Equity (SAGE), (New York: 2000).
- Social Watch No 0, *The starting point*, (Montevideo: Instituto del Tercer Mundo 1996), <www.socialwatch.org/node/11328>.
- Social Watch, *Strategy and Framework of Activities 2007-2009*, (2006), <www.socialwatch.org/sites/default/files/2006/about/cambiarSW_Strategy_Framework_2007-2009.doc>.
- Van Reisen, M., *The lion's teeth. The prehistory of Social Watch*, (Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 2001), <www.socialwatch.org/sites/default/files/ZOOM-01-eng.pdf>.

2 Relatórios finais, anais e outros materiais dessas cinco Assembleias estão disponíveis no endereço: <www.socialwatch.org/node/62>.

3 O documento descrevendo a natureza e o mandato do Comitê Coordenador foi consensuado durante a 2ª Assembleia Geral em Beirute em 2003. Disponível no endereço: <www.socialwatch.org/node/9388>.

O PAPEL PROTAGONISTA DO SOCIAL WATCH

Juan Somavía¹

Como muitos de vocês já sabem, eu sou um grande apoiador do Social Watch. Eu acredito que esse movimento de prestação de contas que vocês iniciaram com e após a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague provou seu valor e minha alma de sociedade civil está plenamente com vocês. Obrigado pelo magnífico trabalho que vocês têm feito monitorando os compromissos dos governos. Vocês reiteradamente têm lembrado a eles, assim como às organizações internacionais, empresas e ONGs da necessidade de incidir sobre eles.

As principais conferências da década de 1990 definiram as pautas para transformação a partir da ONU. Foram tempos em que os governos começaram a questionar os dogmas vigentes com uma visão de desenvolvimento sustentável. Muitos governos estão prontos para liderar a formatação de novas abordagens. Mas os compromissos dos anos 1990 tornaram-se cada vez mais subordinados às demandas do modelo de globalização sem regulamentação que, por sua vez, se tornou cada vez mais desequilibrado, injusto e, creio eu, politicamente insustentável. Hoje, a coragem, a determinação e o espaço para pensar e agir de forma diferente são demasiadamente débeis. Então isso coloca um papel protagonista na sociedade civil e nos movimentos sociais como agente de mudança. E hoje o Observatório Mundial é mais necessário do que nunca.

Caros amigos, por mais tentador que seja olhar para o passado, devemos analisar a realidade atual e seguir adiante. A razão: Crises financeiras e econômicas são manifestações claras do padrão de crescimento ineficiente que criou níveis indecentes de concentração de renda e de riqueza. Não é de surpreender o claro enfraquecimento da abordagem aos direitos humanos que sucedeu. Sabemos que as transformações que queremos ver em nossas sociedades devem ser orientadas por forças dos movimentos sociais e pela luta social. O progresso social demanda vigilância e ativismo constantes. As Metas de Desenvolvimento do Milênio ajudaram a estabelecer um certo foco e um meio de medir o progresso e podemos delinear alguns dos sucessos na redução da pobreza absoluta desde 1990. Mas, ao mesmo tempo, o fato é que 3,5 bilhões de pessoas no mundo têm juntas a mesma renda que 61 milhões de pessoas mais ricas.

Mesmo aqui na dinâmica Ásia, vemos um rápido crescimento da produção, mas um crescimento lento de empregos e salários decentes. Além disso, mais de 200 milhões de pessoas no mundo estão oficialmente desempregadas, o que inclui cerca de 80 milhões de jovens mulheres e homens, e a taxa de desemprego entre jovens é cerca de sete a dez vezes mais alta que para o geral. E o número de trabalhadores em empregos vulneráveis, 1,5 milhões, e aqueles que trabalham, mas sobrevivem com menos de dois dólares por dia, 1,2 bilhões, estão em alta novamente. Certamente não é esse o caminho para o desenvolvimento sustentável. As pessoas, com toda a razão, estão exigindo mais justiça em todos os aspectos de suas vidas. Em três quartos dos 82 países com informação disponível, a maioria dos indivíduos está cada vez mais pessimista sobre a qualidade e nível de vida futuros. Muitos se sentem oprimidos, inclusive a classe média. Ao mesmo tempo, eles vêem muitos governos com muito pouca força ou muito pouca vontade de exercer seu poder sobre as operadoras financeiras inexplicavelmente poderosas que acabaram tendo uma enorme influência negativa sobre nossas sociedades. Por um lado, temos instituições financeiras consideradas grandes demais para falir, e por outro, muitas pessoas que sentem tratadas como se fossem pequenas demais para importar. Isso não pode continuar assim.

A crise econômico-financeira que sacudiu o mundo de tal modo que este percebeu que uma mudança era necessária. E mesmo assim há muitos indícios de uma volta aos negócios como sempre, e isso é uma receita para o desastre. Então como podemos seguir adiante? Para começar colocando o trabalho decente e a proteção social como objetivos centrais dos padrões de crescimento do desenvolvimento sustentável. Muitas, talvez a maioria das tensões que vivenciamos hoje acontecem no mundo do trabalho. O trabalho produtivo e decente é crucial para a dignidade humana, para a estabilidade da vida e das famílias, para a paz em nossas comunidades, assim como em nossas sociedades, e para um crescimento econômico forte e sustentável. Permitam-me uma citação: "A pobreza em qualquer lugar é uma ameaça à prosperidade em toda parte". Esse princípio da constituição da OIT reflete, como vocês têm dito, o direito de todas as pessoas a não serem pobres. E todas as pessoas vivendo na pobreza sabem que para sair dela um trabalho produtivo é a melhor chance de uma vida digna. O trabalho não é uma commodity, mas um elemento essencial à dignidade humana, se você quer paz deve cultivar a justiça social, esses são os princípios operacionais da OIT. E o mercado de trabalho é uma passagem para a justiça social quando este respeita a dignidade humana, guiado pelas noções de liberdade, equidade e igualdade.

¹ Mensagem do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavía, por ocasião da Assembleia Global do Social Watch, Manila, julho de 2011.



A OIT e sua agenda são o cerne dos processos sociais reais. Nascemos como instituição em 1919 a partir de lutas sociais que ocorrem ao final do século XIX. Com os desdobramentos da revolta e revolução árabe ouvimos vozes fervorosas clamando por emprego e justiça social, liberdade e democracia, tudo incorporado no trabalho decente. Passar para um padrão diferente de crescimento com justiça social é tecnicamente possível, mas, como sabemos, politicamente difícil – com muitos interesses ocultos. E é aqui que vocês são a chave.

O Social Watch pode desempenhar um papel protagonista na orientação dessa agenda. Ela requer, por exemplo, um novo conjunto de políticas que gere altos níveis de investimento na economia real, em particular em pequenas empresas, e não em produtos financeiros que não criam valor nem empregos; que produza uma relação mais justa entre o lucro da produtividade e os salários; que produza crescimento baseado na renda e que consiga um equilíbrio entre as estratégias voltadas para a exportação e demanda interna; que capacite a todos a participar através de oportunidades de educação e treinamento relevantes; que permita o equilíbrio e sinergia através de políticas coerentes, por exemplo, na criação de empregos verdes; que coloque o direito a trabalho e diálogo social no centro do processo de desenvolvimento de políticas, e que esse conjunto de políticas seja guiado por objetivos de compartilhamento dos benefícios de uma globalização equitativa em um contexto onde voz, participação e democracia floresçam.

Este ano, na Conferência Internacional do Trabalho, que é a nossa conferência anual, nós fizemos dois avanços que podem ser elementos importantes nesse novo paradigma para o crescimento com justiça social. Primeiro a nova convenção para trabalhadores domésticos traz um sistema de direitos para a economia informal. Trabalhadores e trabalhadoras domésticos há muito vêm se mobilizando para conseguir a proteção e o respeito que merecem e agora nós devemos garantir que a convenção seja ratificada e implementada. E em segundo, nós caminhamos para a aprovação no próximo ano as normas da OIT que estabelecem um piso de proteção social universal para promover a estratégias de seguridade social que sejam protetoras e fortalecedoras, produtivas e sustentáveis e que estimulem uma demanda agregada. Hoje nós devemos nos lembrar que 80% dos trabalhadores não têm acesso à seguridade social. Isto está estabelecido no marco de estratégias nacionais mais amplas para reduzir a pobreza e formalizar o emprego informal. Estes, creio eu, são blocos sólidos para construir a justiça social e eu os convido a mobilizarem-se em torno deles e o seu apoio é inestimável. Eu também gostaria de mencionar que há um movimento de trabalho decente nascendo que se aglutina ao redor de 7 de outubro todos os anos, que foi declarado pela Confederação Sindical Internacional como Dia Internacional do Trabalho Decente e você pode juntar-se a ele.

Caros amigos, deixem-me concluir dizendo que temos nos inspirado pela coragem, clareza e energia da juventude árabe, mas transformar sonhos em realidade é uma tarefa para todos nós. E a direção da mudança jamais é garantida, precisamos estar atentos. Devemos orientá-la para obter resultados equilibrados e justos. E nós devemos todos assumir essa responsabilidade. O atual modelo de crescimento que tem evoluído desde o princípio da década de 1980 se tornou economicamente ineficiente, socialmente instável, ambientalmente danoso e politicamente insustentável. Portanto tem que ser mudado. Mas, conseguir isso provavelmente levará a um aumento do conflito social. Mas como sabemos, historicamente nos dizem que da luta social pode vir a mudança positiva. E como vocês sabem, quando escolhemos questionar os dogmas dominantes, quando escolhemos defender os direitos humanos, a igualdade de gênero e outros valores que estão ameaçados, quando queremos tornar nossas sociedades melhores, também fazemos outra escolha: a escolha de nadar contra a correnteza dos interesses ocultos. Então é difícil e sempre será. E é por isso que compromisso, convicção, persistência, energia positiva para não se desencorajar são essenciais. E vocês todos têm isso. E é esse o espírito do Social Watch, o que vocês estão fazendo é vital. Eu desejo a vocês força e imaginação para seguir com seu trabalho inestimável e eu convido a trabalhar com a OIT para uma nova era de justiça social. Muito obrigado.